



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: CAFÉ TAMANDARÉ LTDA	RECURSO
PROCESSO Nº 217/1990/002/2004	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1493/2004	
TIPO DE INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

O Café Tamandaré LTDA foi autuado em 20.05.2004 pela prática da infração grave tipificada no art. 19, § 2º, item 1, do Decreto 39.424/98, modificado pelo Decreto 43.127/2002:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

1. instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 26.04.2006, pela FEAM, penalidade de advertência para que a empresa pudesse formalizar o processo de Autorização Ambiental de Funcionamento, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão da advertência em multa no valor de R\$ 3.193,36.

O autuado não apresentou pedido de Reconsideração.

A FEAM, em 13.11.2006, converteu automaticamente a penalidade de advertência em multa do valor de R\$ 3.193,36. Após parecer jurídico da AGE, a Procuradoria da FEAM elaborou Parecer Jurídico.

Em 07.06.2010, o Vice-Presidente da FEAM converteu a penalidade de advertência em multa no valor de R\$ 2.501,00.

A autuada apresentou Recurso tempestivo.



II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “operar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação emitida pelas Câmaras especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, não sendo constatada a existência de poluição ambiental no dia da vistoria.” (fl.02)

No Recurso a autuada alega, em síntese, que:

- As irregularidades apontadas no auto de Infração foram completamente sanadas bem antes da conversão da advertência em multa.

- A revisão do valor cobrado da multa (R\$ 4.520,69) está incorreto e deveria ser cobrado apenas o valor inicial da multa, pois ainda não se deu o vencimento.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O autuado foi informado da aplicação da penalidade de advertência ao dia 24.05.2006, conforme se verifica na confirmação de recebimento de fl. 10. Nesse sentido, conforme a decisão da FEAM, ele deveria ter regularizado a situação ambiental do empreendimento no prazo de 90 dias, ou seja, até o dia 22.08.2006, o que não ocorreu no caso em apreço.

Conforme se verifica no Processo Administrativo 07516/2005/001/2007, o empreendimento apenas obteve Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) em 22.02.2007. Portanto, foi descumprido o prazo determinado pela FEAM, sendo cabível a aplicação da penalidade de multa. Ressalte-se que o fato da penalidade de multa ter sido aplicada após a concessão da AAF não se sobrepõe ao descumprimento do prazo para a regularização ambiental do empreendimento.

Destaque-se que o empreendimento que obteve AAF está localizado na BR-265, KM 58, Água Limpa, São João Del Rey, inscrito sob o CNPJ 24.727.570/002-27. Não obstante o CNPJ do empreendimento autuado no presente processo administrativo tenha sido cadastrado como 24.727.570/0001-46, verifica-se que as empresas fazem parte do mesmo grupo econômico, sendo que a unidade industrial consta do primeiro registro de CNPJ.

No que diz respeito à correção monetária do valor de multa aplicada, tem-se que segundo o art. 48, §3º, do Decreto 44.844/2008, o valor da multa será corrigido monetariamente a partir da data da autuação e, a partir do vencimento incidirão juros de mora de um por cento ao mês.

III - CONCLUSÃO



ESTADO DE MINAS GERAIS
Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantida a multa aplicada no valor de R\$ 2.501,00, por estar em consonância com o art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: